



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Registro: 2025.0000445202

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0000777-77.2003.8.26.0196, da Comarca de Franca, em que é apelante BANCO DO BRASIL S/A, são apelados ABRAO & AZIS LTDA ME, MARIA JOSE DE LIMA ABRAO, LUIZ ROBERTO ABRAO, ROBERTO AZIS MIGUEL e HELIANE SCALABRINI MIGUEL.

ACORDAM, em 16ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Deram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores COUTINHO DE ARRUDA (Presidente sem voto), MARCELO IELO AMARO E SIMÕES DE VERGUEIRO.

São Paulo, 7 de maio de 2025

CARLOS EDUARDO BORGES FANTACINI

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Apelação Cível Processo nº 0000777-77.2003.8.26.0196 - São Paulo

Apelante: Banco do Brasil S/A

Apelados: Abrao & Azis Ltda Me, Maria Jose de Lima Abrao, Luiz Roberto Abrao, Roberto Azis Miguel e Heliane Scalabrini Miguel

Foro de Franca

Juiz(a) de Direito: Dr.(a) **Marcelo Augusto de Moura**

Órgão Julgador: **16ª Câmara de Direito Privado**

Voto nº 492

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Ausência de conduta desidiosa da exequente. Prescrição intercorrente não configurada. Prescrição afastada. Exequente que não se manteve inerte. Pendente apreciação de pedido de penhora de imóvel. Prosseguimento do feito determinado. Sentença anulada. Recurso provido para esse fim.

Vistos.

Trata-se de cumprimento de sentença de ação de cobrança intentada por **BANCO DO BRASIL** contra **ABRÃO & AZIS LTDA-ME E OUTROS** buscando a cobrança de dívida.

Ao relatório da sentença fls. 916/922, acrescenta-se que o feito foi julgado extinto, reconhecida a prescrição intercorrente.

Em apelação (fls. 925/934), o exequente pretende o afastamento da prescrição.

Contrarrazões a fls. 940/944.

É o **RELATÓRIO**.

Inicialmente, destaque-se que não se verifica a consumação de prescrição intercorrente, pois o feito não ficou paralisado por inércia do exequente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

Ressalte-se que a prescrição intercorrente não pressupõe o tempo de vida do processo, mas, a inércia da parte em adotar providência necessária à continuidade do feito e a paralisação do processo por prazo igual ou superior àquele previsto para o título que o lastreia.

Conforme é cediço, a prescrição intercorrente é uma pena imposta à parte que deixa, de forma negligente, de adotar as providências necessárias à continuidade da causa.

Na espécie, formado o título executivo judicial, a apelante vem buscando localizar bens da executada para realizar a constrição.

Desse modo, não é possível atribuir à exequente conduta desidiosa, pois vem atendendo às determinações judiciais e se mostrou diligente aos termos da execução, que não ficou paralisada por mais de 5 anos.

Note-se que os autos foram suspensos em fevereiro de 2018, em razão da inexistência de bens penhoráveis.

Todavia, em abril de 2019 (fls. 745/753), o exequente requereu a penhora de dois imóveis (Matrícula 414, do CRI de Pedregulho/SP e 15597, do 2º CRI de Franca-SP), certo de que este pedido nunca foi apreciado, tendo o MM. Juízo *a quo* apenas requisitado matrículas atualizadas por diversas vezes, o que foi cumprido pelo exequente.

Assim, diante da localização de bens penhoráveis, evidentemente que se interrompe o prazo prescricional, sendo forçoso reconhecer que não houve o transcurso do prazo.

Verifica-se, assim, a ausência de omissão ou inércia da credora que pudesse justificar o decreto de prescrição intercorrente, em que pese o entendimento esposado em Primeiro Grau.

Destarte, é de rigor o acolhimento das razões recursais, para o fim de, afastada a prescrição, anular a r. sentença guerreada e determinar o regular processamento do feito com apreciação dos pedidos de penhora.

Pelo exposto, ***DÁ-SE PROVIMENTO*** ao recurso.

CARLOS EDUARDO BORGES FANTACINI

Relator